

UFRJ/IEI

TD266

040001-7

n^o 266

*Considerações sobre a História
da Análise Econômica*

Ricardo Tollpan

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial

Considerações sobre a História da
Análise Econômica



43 - 016618

Ricardo Tolipan(*)
novembro/1991

Aloisio Teixeira

Vice-Diretor

Ricardo Tolipan

Coordenadora de Ensino

Maria Valéria Junho Pena

Coordenador de Pesquisa

Paulo Bastos Tigre

Gerente Administrativa

Sebastiana de Sousa Barros

Gerente de Publicações

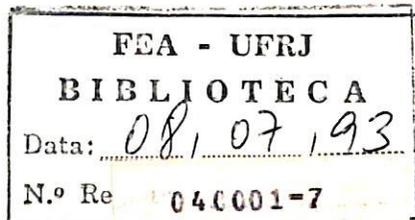
Deborah Trigueiro Wanderley

Projeto Gráfico

José Antonio de Oliveira

Impressão

Célio de Almeida Mentor e Ronei José Gomes



3
UFRJ/IEI
TD 266

ms 94362

Ficha Catalográfica

TOLIPAN, Ricardo.

Considerações sobre a história da análise econômica / Ricardo Tolipan. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

32 p.; 21 cm. - (Textos para Discussão. IEI/UFRJ; n° 266).

Bibliografia: p. 29

1. Análise econômica - História. 2. Doutrinas econômicas. 3. Teoria econômica. I. Título. II. Série

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, 250
Praia Vermelha
CEP 22290
Rio de Janeiro

1) A uniformidade da taxa de lucro é, ao mesmo tempo, pressuposto e resultado da teoria da concorrência clássica. Será este o paradoxo na raiz das dificuldades de Ricardo? Marx parece afirmar que sim.

Porém, r é o **modo de definição do capital**. Este só pode ser apreendido como enriquecimento genérico, isto é, por sua indiferença e dinamismo, numa palavra como **taxa** (única).

O problema é que r se aplica sobre uma riqueza de caráter material e multidimensional. O discurso economista se põe a exigência paradoxal de conceber o capital (riqueza abstrata) a partir da mercadoria (riqueza concreta).

Do ponto de vista da teoria dos preços, o discurso clássico pressupõe a taxa de lucro o que não o desobriga de demonstrar a convergência das taxas de mercado para a taxa natural. O discurso neoclássico por seu turno quer obter a r como resultado da operação do mercado o que impõe a pesquisa da estabilidade do equilíbrio.

2) A teoria clássica (Ricardo) é a mais séria **objeção** à teoria neoclássica (Ciência Econômica), isto é, a **Ciência Econômica inicia-se por sua principal objeção**; origem paradoxal por excelência.

Talvez Ricardo não possa ser definido como pertinente à Economia Política, sua questão - a distribuição - talvez o impeça. A linha passa direto de Smith a Marx. Ricardo é um objeto a parte, daí a impressão de *détour*. Ele é, de fato uma **objeção prévia**. Ele prevê instintivamente (faro teórico?) a aproximação ameaçadora do raciocínio marginalista (este está, a rigor implicado em Adam Smith e Malthus). Ricardo afirma que a teoria da oferta e demanda é um postulado do senso comum economista à sua época e que a ciência econômica deve ser a crítica deste senso comum.

Ricardo é objeção no sentido rigoroso de ser a exigência de se pensar a riqueza burguesa sem referência à noção de escassez. Isto é,

explicar o enriquecimento não como efeito do monopólio (propriedade aristocrática) mas da vontade universal e generalista de acumulação (propriedade burguesa).

O fracasso de Ricardo faz que o discurso neoclássico transforme-se **de fato e de direito** na Ciência Econômica. Trata-se de evitá-la (lição ricardiana) mas não é possível desconhecê-la (lição sraffiana). A impossibilidade de alternativa impõe que a estratégia aqui consista em **extrair do pensamento economista suas próprias consequências, isto é**, precisa ser feita sua **crítica interna**.

3) É um movimento paradoxal e irônico da evolução do pensamento econômico o que inicia o discurso neoclássico por uma perversão de seu principal adversário - David Ricardo. Uma outra das razões por que ele parece um desvio é que ele foi de fato **desviado**, **desencaminhado** pelos marginalistas. Estes descobrem nele o que ele quer negar - a teoria da renda intensiva. Ricardo continha como seu **reprimido**, a base para a análise marginalista e esta não encontra, por isto, dificuldade em pervertê-lo e finalmente negá-lo. A Revolução Marginalista se faz, inicialmente, contra Ricardo, mas rapidamente percebe que uma tática melhor é tratá-lo como **precursor**. Basta, para tanto, apontar que sua teoria da renda continua, num casulo agrário, o princípio geral do valor. Este truque foi ensinado, aliás, pelo maior de todos os ricardianos; Marx. Este havia interpretado Adam Smith como uma generalização da teoria do excedente fisiocrática desnecessariamente restrita pelos franceses à agricultura.

4) Se quantidades ilimitadas de capital pudessem ser usadas na terra sem perda de eficiência, não poderia haver propriedade (monopólio). A noção de renda intensiva é a verdadeira base da teoria da renda.

Segundo Schumpeter é a Steuart que se deve a descoberta do caso extensivo e a Turgot do caso intensivo. Em Turgot já estaria presente até mesmo a noção de função de produção. Isto faria dele um teórico superior a Adam Smith. Sua formulação do Princípio de Rendimentos Decrescentes só viria a ser superada por Edgeworth (ver Schumpeter 1956, pg. 258).

Segundo Jevons a teoria da renda depende de dois princípios:

"The theory really rests upon the principle, which I have called the law of indifference, that for the same commodity in the same market there can only be one price or ratio of exchange. Hence, if different qualities of land yields different amounts of produce to the same labour there must be an excess of profit in some over others."

"It is quite impossible that we could go on constantly increasing the yield of one farm without limit, otherwise we might feed the whole country upon a single farm...There is a secondary origin for rent in the fact that if more or less labour and capital be applied to the same portion of land, the produce will not increase proportionally to the amount of labour."(Jevons 1871, pp. 218)

O 1º princípio depende de que a definição de uma mercadoria não envolva sua técnica de produção. Se é a técnica de produção que singulariza uma mercadoria (como em Sraffa) então a noção de renda não pode ser obtida por sua teoria pois esta depende de que uma mercadoria seja produzida por mais de uma técnica. Resta então definir a mercadoria por suas **características úteis** enquanto objeto de consumo, isto é, enquanto **destinação final**. Isto só é feito **coerentemente** pelos neoclássicos.

O 2º princípio é um **postulado** que depende da "evidência" de que uma fazenda não pode ter um produto infinito; ou melhor da intuição profunda de que, como lembrou Nietzsche, tudo na vida decai.

Por seu turno, a renda absoluta é um **preço mínimo** de entrada na terra de pior qualidade, isto é, ela remunera a propriedade do solo, seu monopólio legal. Ela é, claramente, um custo capitalista e não parcela do excedente sendo, então, paga (do ponto de vista lógico) como **preço**. Sua natureza teórica é diferente da noção de renda

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

diferencial. Ricardo tem, portanto, razão e a crítica de Marx não faz sentido.

Se a passagem para terras de cultivo inferior fosse **necessária e irreversível** a noção de renda extensiva constituiria exclusivamente a teoria da renda. No entanto é porque não há razão **a priori** para isto que se deve admitir o caráter intensivo dos rendimentos decrescentes e abrir as portas para a intervenção neoclássica. De fato, uma ordem de fertilidade agronomicamente dada não é sequer teoricamente aceitável. A este propósito a crítica de Marshall é definitiva (ver Marshall 1890, cap. 2 pg. 120). O raciocínio sraffiano tenta contornar a dificuldade utilizando como critério de definição da ordenação de técnicas a taxa de lucro. Mas certamente existe aí uma dificuldade para o raciocínio em valor pois, como já disse, uma mesma mercadoria não pode ser definida por mais de uma técnica.

5) Marshall é uma tentativa de conciliação entre a ciência econômica e sua principal objeção. Marx, por seu turno, percebe que **atacar Ricardo é aplainar o caminho para o tratamento marginalista dos problemas da ciência econômica** (que ele chama de economia vulgar). **Dai o mal-estar de sua crítica da economia política e porque esta é, afinal, totalmente tomada por Ricardo.** São ambos casos de ambiguidade diante da dicotomia clássico/neoclássico.

Por outro lado, um projeto positivo (científico) a partir de Ricardo é um contra-senso. Marx pensa que ele é a **posição: engano historicista.** O início é sempre posição? Marx percebe embaraçado que negar a negação (prévia) produz, ironicamente, a positividade que ele não deseja. De nada serve cobrar de Ricardo uma teoria da exploração que ele não contempla e atacar a pesquisa do invariante que serve de bombo à razão marginalista.

6) A pesquisa da mercadoria-padrão se torna supérflua quando se impõe $r=R(1-w)$ ao sistema concreto. Isto porque esta relação só vale se w estiver sendo medido na mercadoria-padrão. Os preços relativos transformam-se em preços absolutos apenas formalmente, isto é, são **preços relativos medidos na unidade padrão.**

Assim Sraffa demonstra que Ricardo estava, a este respeito, instintivamente correto. Isto é, Ricardo impunha aquela relação sem

saber que isto correspondia a implicar a existência de uma medida invariável do valor. A objeção de Marx sobre este ponto fica **ipso facto** afastada. Na verdade, a pesquisa da medida invariável dos valores tem, precisamente, como sentido demonstrar que é possível linearizar a oposição salário-lucro.

7) Alterações no estado da repartição devem, necessariamente, corresponder a alterações no perfil do produto daí que o estudo ricardiano *par excellence* seria **nonsensical**. Errado!. O que se reparte é o **valor do produto**, nenhuma hipótese sobre sua destinação útil é necessária num estudo eminentemente estático.

Qual sua *rationale*? Do ponto de vista do valor, consumir pão é também consumir parte da máquina de fazer pão e, **vice-verso**, só se consome máquina de fazer pão para fazer pão. Dito de modo mais geral e complicado: **do ponto de vista do valor (preço) o consumo capitalista é de mesma natureza que o consumo operário.** A rigor a riqueza capitalista não tem caráter útil. Ela se rende provisoriamente à utilidade porque tem que contratar trabalho qualificado, isto é, alimentar seres humanos educados. Sua tendência a desqualificar o trabalho, sua preferência por "macacos amestrados" é, justamente, uma determinação de seu caráter anti-utilitário (abstrato). A hipótese clássica de que capital circulante se reduz a fundo de salário está dizendo a mesma coisa. Se a produção capitalista pudesse dispensar os trabalhadores ela só produziria valor de troca; o sistema financeiro é o emblema concreto desta tendência.

A oposição capital-trabalho não tem expressão útil no âmbito da teoria dos preços. Se tivesse, seria, aliás, **incomensurável** e, portanto, não seria oposição. Só se disputa a mesma coisa. O pomo e a laranja da discórdia é um contra-senso. Parece haver, no entanto, bom-senso na idéia de que trabalhadores e capitalistas consomem diferentemente. O bom-senso aqui deriva como sempre do senso-comum que confunde a oposição capital-trabalho de natureza teórica com a oposição rico-pobre de natureza ideológica.

Eu arriscaria que, mesmo de um ponto de vista puramente sociológico, é o aristocrata que consome diferentemente do burguês. Só aquele representa de fato uma idiossincrasia *vis à vis* o hábito

burguês. Isto escapa, no entanto, ao meu ponto aqui. O ponto é que, precisamente, a riqueza capitalista tende a expressar as diferenças de um ponto de vista **puramente quantitativo**, ela tende a ignorar (recusar) **diferenças técnicas** (qualitativas) (ver Marx, 1867).

Os capitalistas gastam com a mesma coisa que os trabalhadores consomem, isto é, com mercadorias que produzem mercadorias. Qualquer hipótese que distinga por sua destinação útil os gastos capitalistas dos gastos proletários implica em sair do âmbito do discurso economista. Mesmo os neoclássicos rigorosos não fazem esta hipótese:

"The marginal theory ... will shew that it is by contemplating commodities and services under their aspect of equivalents or substitutes - that is to say, ... on that point of view from which the services they render are like, not on that from which they are unlike - that we shall be able to constitute the theory of the market." (Wicksteed 1933, pg. 7).

8) Das duas proposições seguintes:

1a) Só a teoria dos preços de produção é capaz de determinar o **nível** da taxa de lucro. A teoria baseada na simetria da oferta e demanda não consegue. O salário sendo determinado exogenamente, a r define-se pelas condições de produção das mercadorias fundamentais (Sraffa) ou dos bens-salários (Ricardo-Bortkiewicz).

2a) Só a teoria dos preços de mercado fornece um mecanismo capaz de apreender a tendência à uniformização de r (o que não significa que este mecanismo seja pertinente). A teoria dos preços naturais parece logicamente impedida em razão da necessária ausência de variação nas quantidades (devido ao "standard").

Decorre que a determinação da taxa de lucro em Economia Política supõe que seja dada sua uniformidade. A uniformidade de r não é concebível como resultado da teoria mas como um postulado seu. Decorre também que se os preços de mercado são efetivos, os preços naturais não o são e devem ser formados por alguma agência

extra-econômica conhecedora única de todo o sistema e portadora da **ordem natural** (ver Benetti 1979, cap 5).

9) Ricardo procura exprimir, em termos econômicos, a disputa pelo aumento da riqueza social. Sua discussão se refere à **estrutura da variação** da riqueza social, neste sentido ela é estática; ela se interessa pelo que se passa **na margem do crescimento econômico**.

Construção do problema

São dadas as quantidades de trabalho utilizadas, as condições de produção e as quantidades de mercadorias produzidas no período. A concorrência orienta-se por uma taxa de lucro uniforme para todas mercadorias. As quantidades de trabalho e de mercadorias podem ser transformadas umas nas outras reciprocamente. Os preços relativos são, na verdade, o vetor das taxas **destas** transformações.

O estudo da variação distributiva se faz na mercadoria tomada como numerário o que permite afirmar a oposição da relação $r(w)$. Este artifício é garantido pelo postulado de uniformidade (unicidade) da taxa de lucro.

Imaginemos uma variação do salário, por exemplo uma alta. O lucro em cada ramo deve cair em proporção à quantidade de trabalho direto utilizado. Se todas as mercadorias fossem produzidas nas mesmas condições de produção, isto é, em todos os ramos a proporção entre trabalho e meios de produção, ou entre trabalho direto e indireto, fosse a mesma, a baixa no lucro de cada ramo seria também proporcional à quantidade dos meios de produção. A igualdade das taxas de lucro nos diversos ramos seria, então, mantida e a nova situação não diferiria da anterior a não ser pelo nível mais elevado do salário e menor da taxa de lucro.

No entanto, dada a diferença das condições de produção de mercadorias, a alta do salário se traduz não somente como variação no estado da repartição $r(w)$ mas também pela mudança dos preços relativos que restabelece a uniformidade da taxa de lucro. A nova situação difere, então, da anterior não somente pela modificação no estado da repartição mas também pelo sistema de preços relativos.

Uma vez que os preços se modificam, é perfeitamente possível que o valor de troca da fração do produto social que se reparte entre salários e lucros (a renda social) modifique-se também, mesmo que sua composição física não se altere. Ora, uma vez que a modificação no estado da repartição é condição suficiente para alterar a dimensão do que se reparte, então a expressão econômica da repartição da renda social é necessariamente indeterminada. O problema aparece estritamente em valor sendo a objeção sobre a necessária modificação no perfil do produto que se seguiria à uma modificação no estado da repartição impertinente e de todo modo excessiva (como vimos no item 6, acima).

A questão está, então, em que toda variação de preços relativos fica associada a uma variação do estado da repartição e vice-versa. A obra de Ricardo é voltada para suprimir esta indeterminação. Famosa pesquisa da medida invariante dos valores; programa de fundamental importância em Economia Política. Cabe examinar, no essencial, a lógica de construção dos preços clássicos ou de produção, pois eles são o "lugar" de solução do problema.

Os Preços de Produção

Observação inicial: Segundo David Ricardo e Piero Sraffa os preços naturais são construídos **independentemente** da demanda e de qualquer hipótese sobre rendimentos:

"No general rule can be laid down for the variation of price in proportion to quantity." (Ricardo, 1822, pg. 220) "...Cette recherche ne concerne que les propriétés d'un système économique qui ne dépendent ni des changements dans l'échelle de la production ni des variations dans les proportions des "facteurs" utilisés." (Sraffa, 1960 avant-propos).

Os preços naturais são, neste sentido, radicalmente diferentes dos preços neoclássicos. Eles se obtêm tomando-se como **dadas** as quantidades produzidas e utilizadas na produção. A rigor esta é uma hipótese **indispensável** quando se quer evitar o raciocínio marginalista. Sabemos hoje, porém, que esta hipótese é **insustentável** e implica, de fato, na especificação insuficiente do modelo sraffiano (retomaremos esta questão no item 13). Os preços naturais derivam, assim, de uma concepção estritamente estática do fenômeno econômico. Isto não quer dizer que a determinação destas quantidades seja um problema sem interesse para a Economia Política apenas que ele não pode ser tratado com rigor em seu núcleo teórico.

Formato analítico

$$\begin{aligned} (X_{11}p_1 + X_{12}p_2 + \dots + X_{1n}p_n + L_1w) (1 + r) &= X_1p_1 \\ (X_{21}p_1 + X_{22}p_2 + \dots + X_{2n}p_n + L_2w) (1 + r) &= X_2p_2 \\ \hline (X_{n1}p_1 + X_{n2}p_2 + \dots + X_{nn}p_n + L_nw) (1 + r) &= X_np_n \end{aligned}$$

Observações:

1ª) Os preços (p_i) e o salário (w) só podem ser medidos por um preço. É necessário tomar um preço como **numerário**, por exemplo, $p_n = 1$.

2ª) Uma alteração de w modifica os preços relativos segundo a proporção trabalho direto/trabalho indireto contida em cada uma das mercadorias. Como os meios de produção também são mercadorias, então, a variação do preço de uma mercadoria não depende apenas de suas próprias condições de produção mas também da proporção trabalho direto/trabalho indireto nos ramos de produção dos meios de produção e assim por diante (cláusula de recorrência).

3ª) As variáveis de repartição w e r são determinadas de modo radicalmente diferente dos preços. De fato, o sistema não pode

determinar, **nêle mesmo**, os preços e a repartição da renda. Temos $n+1$ equações independentes e $n+2$ incógnitas: os n preços, w e r . A supressão deste grau de liberdade implica a fixação exógena de uma das variáveis de repartição.

**O procedimento clássico de solução.
(Determinação exógena do salário)**

O discurso clássico toma o salário como um vetor de mercadorias **dado**; como cesta de subsistência. Representa seu valor através uma equação do tipo:

$$s_1p_1 + s_2p_2 + \dots + s_kp_k = w$$

Deste modo determinando o sistema, de fato temos agora $n+2$ equações independentes que determinam $n+2$ incógnitas.

O problema fica, no entanto, resolvido apenas em seu aspecto formal. Se nos perguntarmos como explicar uma variação de r neste sistema teríamos que nos contentar até aqui com responder que algo mudou nas $n+2$ equações. A explicação é do gênero "tudo depende de tudo", ou seja, explicação nenhuma. Em particular, esta conclusão é ambígua porque deixa pensar que todas as equações tem a mesma posição na determinação de r ; o que é falso. Esta é uma falsa impressão de equilíbrio geral" que enganou também a Marx. Podemos mostrar da seguinte maneira. Vamos expressar todos os preços de nosso sistema nas quantidades de trabalho direto e indireto (trabalho datado) utilizadas. Tomemos inicialmente a primeira equação de nosso sistema:

$$(X_{11}p_1 + X_{12}p_2 + \dots + X_{1n}p_n + L_1w) (1+r) = X_1p_1$$

Ela se **transforma** em trabalho datado para:

$$L_{1(0)}w(1+r) + L_{1(1)}w(1+r)^2 + L_{1(2)}w(1+r)^3 + \dots + L_{1(n-1)}w(1+r)^n = X_1p_1$$

Nesta equação o subscrito entre parêntese indica o período ou data em que foi gasta a quantidade de trabalho correspondente. Note-se que, portanto, o expoente do fator $(1+r)$ serve também como **calendário** para as quantidades de trabalho.

Reiteremos este processo para os n preços e substituamos as novas expressões dos preços na equação dos bens-salário. Depois de simplificações ficaremos com a expressão:

$$S_1[L_{1(0)}w(1+r) + L_{1(1)}w(1+r)^2 + \dots + L_{1(n-1)}w(1+r)^n] + S_2[L_{2(0)}w(1+r) + L_{2(1)}w(1+r)^2 + \dots + L_{2(n-1)}w(1+r)^n] + \dots + S_k[L_{k(0)}w(1+r) + L_{k(1)}w(1+r)^2 + \dots + L_{k(n-1)}w(1+r)^n] = w$$

Esta equação basta para determinar r pois w está dos dois lados da equação. De fato o polinômio acima tem uma raiz real que é solução para r . Assim o sub-sistema formado pelas equações de produção dos bens-salário e de seus meios de produção bastam para determinar r .

Podemos agora repor o nosso problema de indeterminação da relação distributiva de forma mais analítica. Tomemos a expressão do preço p_1 usando p_n como numerário:

$$\frac{p_1 [L_{1(0)}w(1+r) + L_{1(1)}w(1+r)^2 + \dots + L_{1(n-1)}w(1+r)^n]}{p_n [L_{n(0)}w(1+r) + L_{n(1)}w(1+r)^2 + \dots + L_{n(n-1)}w(1+r)^n]}$$

$$\text{onde: } l_1 = \frac{L_1}{X_1}; l_n = \frac{L_n}{X_n}$$

Como w figura acima e abaixo da fração, ele pode ser eliminado. Tem-se assim a impressão que ele não atua sobre os preços. A interpretação correta, no entanto, é que o salário não tem uma influência direta sobre os preços mas que atua indiretamente via modificação de r . Assim, para conhecer a relação entre w e os preços é

preciso estudar a relação $w(r)$.

Expressemos em **trabalho datado** a equação da mercadoria unidade de medida:

$$I_{n(0)}w(1+r) + I_{n(1)}w(1+r)^2 + \dots + I_{n(n-1)}w(1+r)^n = 1$$

$$\text{onde } I_{n(0)} = \frac{I_{n(0)}}{X_{n(0)}}; I_{n(1)} = \frac{I_{n(1)}}{X_{n(1)}}; \text{ etc.}$$

Esta equação determina a relação $w = f(r)$.

Como não há critério para escolha do numerário, existem tantas relações $w(r)$ quantos numerários possam existir; uma infinidade pois agregados de mercadorias também podem ser tomados como numerário.

As consequências mais importantes da inexistência de uma medida invariante dos preços são:

1º) Para uma dada taxa de lucro existem tantas dimensões do sistema de preços quantas unidades de medida.

2º) Para uma unidade de medida arbitrária, o movimento de preços relativos consecutivo à uma modificação da fronteira $w(r)$ é incompreensível, no sentido de que não se pode atribuir inequivocamente o sentido causal desta modificação. A célebre pergunta de Ricardo "onde se deu a variação, no(s) preço(s) medido(s) ou na unidade de medida?" fica sem resposta.

3º) A expressão econômica da repartição da renda é indeterminada pois;

a) para uma variação dada de r corresponde uma infinidade de valores de w (tantas quantas as unidades de medida possíveis).

b) o valor da renda social (agregada) varia quando varia $w(r)$.

Todas estas indeterminações desapareceriam se se pudesse escolher um numerário invariante com relação a modificações em $w(r)$. *Hic Rhodes, hic salta!* Sraffa deu solução a esta questão e permitiu, com isto, a reabertura moderna do programa clássico de pesquisa.

Os obstáculos de natureza teórica que o programa clássico

enfrentou, em sua origem, foram principalmente os seguintes:

a) A teoria dos salários - enquanto estes foram tratados como meios de produção a mercadoria-padrão não pode ser construída.

b) Lógico-formal - faltou o conhecimento de cálculo matricial.

c) Empirismo - aceitou-se a crítica malthusiana sobre a inexistência da mercadoria-padrão no caso do trigo.

d) Lógico - aceitou-se a crítica malthusiana da não generalidade da mercadoria-padrão no caso do trigo.

e) Ideológico - a mercadoria-padrão consagra uma relação antagônica entre salários e lucros e tende a escapar do "horizonte burguês" de análise.

10) Comparemos a leitura que fazem Marx e Sraffa dos Princípios de Ricardo no que diz respeito à sua arquitetura. Ambos a consideram defeituosa mas por diferentes razões. Segundo Sraffa o modo de exposição de Ricardo obedece uma seqüência de idéias que se faz em paralelo com a **Riqueza das Nações**. Marx, por seu turno, considera que o erro no modo de exposição é uma consequência do método de investigação que é defeituoso.

A interpretação de Sraffa está orientada para **negar** a leitura neoclássica de Ricardo. Por isto interessa-se sobretudo pela **ordem e numeração dos capítulos** (formalismo) pois aí se obtém uma **prova formal** de que Ricardo não "mudou de idéia" no meio do capítulo 1 dos Princípios (como para Marshall). Insinua-se, com isto, que seu livro é, estruturalmente, uma crítica da **Riqueza das Nações**.

Há aqui uma diferença relevante com Marx. Para Sraffa a arquitetura se define formalmente e ela é defeituosa porque contém erros na ordem e numeração dos capítulos. Para Marx, a arquitetura se define conceitualmente, ela é defeituosa porque toma por suposto inicialmente as categorias que, a seguir serão analisadas (lucro, mercadoria, capital, etc.). Vale dizer que a análise de Ricardo não desenvolve as categorias a partir de suas determinações mais simples. Marx, no fundo, exige que este refaça a história da Economia Política. Ela é uma crítica **historicizante** que impõe a Ricardo a necessidade de fazer genealogia. Ela não aceita que este se coloca num ponto logicamente avançado de construção da análise econômica e que

dialoga com Smith (o que é acentuado por Sraffa que percebe que a arquitetura dos Princípios está condicionada pela da Riqueza das Nações). Na verdade, a crítica de Marx é inteiramente uma crítica de conteúdo (categorial). O erro de construção é pensado diretamente como um erro de substância. Sua crítica é então inteiramente dependente da justeza ou não de sua interpretação da teoria de Ricardo, isto é, ela se confunde com esta. Ora, sabemos precisamente com Sraffa que a interpretação marxista de Ricardo é errada, tratando-se de fato de uma projeção das categorias do discurso de Marx sobre a obra de Ricardo.

É bom lembrar que, para ambos, a obra de Ricardo está limitada em seu interesse e originalidade aos primeiros seis capítulos e em particular aos dois primeiros. É deles que Marx trata quando discute a arquitetura dos Princípios. Para Sraffa devido a seu formalismo a arquitetura abrange o total dos 27 capítulos. Sraffa lembra também que a perfeita correspondência entre a arquitetura dos Princípios e a da Riqueza das Nações é quebrada apenas pela inversão na ordem de tratamento do problema da renda da terra que Ricardo trata primeiro que os outros componentes da distribuição. Isto corresponde, certamente a uma diferença metodológica entre Smith e Ricardo que precisa ser esclarecida.

11) A noção de natureza nos clássicos não deve ser tomada nem em sentido literal, nem em sentido figurado como se neles estivesse embutido qualquer sentido a-histórico, isto é, qualquer pretensão a eternidade das relações econômicas que estudavam (como quer fazer crer Marx). Trata-se de um mero **recurso metodológico** para descrever (referir) o conjunto de variáveis que consideravam como exógenas ao sistema estudado.

Tratar por meio da noção de equilíbrio a febril agitação do mercado mostra menos o irrealismo do que o gosto de paradoxo que sempre caracterizou a ciência econômica desde sua origem.

A noção econômica de equilíbrio é a forma pela qual o pensamento economista busca resolver o problema geral da possibilidade de auto-regulação da sociedade civil burguesa. O fato que o estudo do equilíbrio tenha se concentrado sobretudo na

discussão das propriedades de sua **existência** é, a meu ver, ao mesmo tempo, um reflexo da **dificuldade analítica** do tratamento do problema de sua **estabilidade** quanto um sério limite, até aqui, ao desenvolvimento do modelo teórico ortodoxo. A preferência ortodoxa pelo estudo estático do equilíbrio foi reforçada, recentemente, com a definição rigorosa de uma **racionale** microeconômica - as expectativas racionais - que confirma a idéia de que o equilíbrio é uma posição que a economia só abandona por choques exógenos e para a qual retorna **automaticamente**. A **astúcia da razão** hegeliana encontrou aqui seu maior rival. Com Hegel a razão era esperta por administrar as coisas com **clarividência**. Ela age de um ponto de vista macroeconômico. A esperteza lucasiana, ao contrário, é microeconômica. Ela não envolve a hipótese de onisciência como pensa o vulgo; ela apenas imagina que existem bons **especuladores**. Isto é, agentes sociais que desconfiam que há **erro local** e que se dispõe a apostar nisto. É uma arma poderosa na crítica às posições heterodoxas que preferem pensar o desequilíbrio.

Mas o tratamento neoclássico (ortodoxo) do equilíbrio geral não faz justiça a seu inventor, Walras. Este concebia o problema calcado na Física clássica e a existência do equilíbrio era impensável dissociada de seu mecanismo de ajuste. É verdade que tanto ele quanto Marx fizeram pouco mais que propor metáforas para este mecanismo. O problema está aberto até agora e a inteligibilidade (em termos rigorosos) das situações de desequilíbrio é uma lacuna teórica do pensamento economista e parte de seu desafio moderno.

12) Os preços de produção não estão em relação teórica significativa com os valores a não ser em casos limites ($r=0$ ou composição orgânica idêntica dos capitais).

É sempre possível imaginar um algoritmo iterativo de passagem repetindo o procedimento de Marx :

$$V - p_1 - p_2 - p_3 - \dots - p_n$$

Esta série converge para os preços de produção verdadeiros mas a influência do vetor inicial V dos valores se esvai pouco a pouco

e partindo-se de qualquer vetor inicial p_0 , chegar-se-ia ao mesmo resultado.

Uma razão profunda disto é que, teoricamente falando, os sistemas produtivos (A,I) são termos intermediários entre sistemas que só usam trabalho ($A=0$) e que não o utilizam ($I=0$). A questão não é de saber se os casos limites são realistas mas em constatar que pode-se definir preços em qualquer deles e que no caso "fisiocrático" eles escapam totalmente à medida em trabalho.

13) Deve-se recusar a crítica neoricardiana (Garegnani) de que houve modificação essencial na definição de equilíbrio com a introdução de mercados futuros e ruptura da idéia de equ remuneração dos capitais, portanto, com a definição de capital de todos os economistas. Isto é simplesmente errado. Os preços **descontados** do futuro, isto é, atualizados continuam comportando uma taxa única de remuneração dos capitais. O método dinâmico continua respeitando os postulados básicos do pensamento economista.

É, ao contrário, com Ricardo que se instaura pela primeira vez na história da análise econômica um pensamento que pretende negar no plano metodológico a possibilidade de dinâmica - restringindo-se à estática comparativa - e no plano teórico a possibilidade de se examinar cientificamente variações de quantidades. As duas recusas são coerentes mas dificilmente podem ser chamadas de "clássicas". Ricardo é uma interrupção da *démarche* clássica tanto quanto uma objeção à proposta neoclássica. Ricardo é menos um "desvio" do pensamento economista, como pensa Schumpeter, que "uma pedra no meio de seu caminho", como pensa Drummond de Andrade. A moderna discussão neoclássica do desequilíbrio e clássica da gravitação tentam remover esta pedra.

14) A maneira de tratar a história da análise econômica variou ao longo do tempo e os modelos de História do Pensamento Econômico podem ser, sumariamente, classificados em três "famílias":

1ª) Acumulativo - as idéias progridem por afinamento técnico progressivo e por complementação. O programa de pesquisa é *único* e estabeleceu-se no início da história. O estado atual contém sempre e

implicitamente o melhor do passado. O presente pode "esquecer" o passado, não precisa de sua referência explícita para nada. As idéias são progressivamente refinadas e complicadas e os erros são de natureza técnica. O presente na sua versão hegemônica é a única autoridade em matéria científica.

Esta é uma modalidade regida por uma vontade imperial, pelo desconhecimento da diferença e pela pretensão à verdade única. É uma perspectiva "de cima para baixo".

Modernamente esta "família" se apresenta na sua versão popperiana e é a estória mais comumente contada pela ortodoxia. Aqui, no fundo, privilegia-se o ponto de vista da análise da existência e unicidade do equilíbrio, problema que dominou o pensamento econômico hegemônico nos últimos 50 anos e que tem seu marco de referência no modelo de Arrow e Hahn de 1971.

2ª) Crítico - as idéias progridem por meio de crises e revoluções. O programa de pesquisa é, em geral, antinômico; ele contém uma posição e sua negação e o estado atual reflete esta dualidade cuja superação não depende apenas do plano das idéias. A presença no discurso teórico de uma perspectiva iludida (e ilusionista) e de uma perspectiva verdadeira (e transformadora) é a expressão no plano ideológico de uma realidade ela mesma contraditória. A designação dos papéis de iludido e verdadeiro cabe à perspectiva crítica que se arroga sectariamente este direito. O estado atual rejeita explicitamente desenvolvimentos passados mas se alimenta sistematicamente dele. As idéias podem **retornar** e os erros são, principalmente, de perspectiva.

Esta é uma modalidade regida pela vontade de oposição, pelo ressentimento com o hegemônico e pela reivindicação de justiça. É uma perspectiva "de baixo para cima".

A principal expressão moderna desta "família" está na escola neoricardiana liderada por Garegnani. Aqui a História do Pensamento Econômico opõe diferentes teorias da distribuição - uma baseada na noção de excedente e outra na simetria da demanda e oferta - privilegiando uma análise estática do problema econômico. A referência analítica é a noção de preço natural (de equilíbrio)

ricardiano. Como diz Sraffa "interessa-se pelas propriedades da economia que independem de variação" e obedece a orientação de Ricardo que afirma que uma ciência das quantidades é impossível. Este não é, de fato, apesar de reivindicado pelos neoricardianos, um ponto de vista clássico. Os clássicos privilegiavam, ao contrário, a discussão da **estabilidade** do equilíbrio num raciocínio que se queria eminentemente **dinâmico**. Ricardo é, a rigor, uma **objeção** a esta formulação.

3ª) Niilista - As idéias progridem por mudança nos critérios de seleção. Isto é, elas **mudam** ao invés de progredirem e esgotam-se por atingirem seus limites. O estado atual reflete a situação hegemônica, ou melhor, reflete e relação de forças entre ortodoxia e heterodoxia. Os erros são erros técnicos e de perspectiva. O relato é feito de um ponto de vista **cético** procurando-se extrair de cada perspectiva suas conseqüências e examinar seus limites.

15) A discussão sobre o ensino de teoria econômica não pode desconhecer a história desta ciência e sobretudo as importantes modificações no plano analítico por que esta tem passado recentemente.

Gostaria, a propósito, de destacar alguns resultados modernos que me parecem inescapáveis e a partir daí tecer algumas considerações sobre a história do pensamento econômico e suas conseqüências atuais. Quero lembrar que:

1) A noção de concorrência perfeita parece repelir a idéia de processo descentralizado de formação de preços. Realmente, se os indivíduos são **price-takers** quem, senão uma agência central propõe os preços (Fisher, 1983)? Por outro lado, a análise dos processos **a la Edgeworth** mostraram que atômidade do mercado e concorrência perfeita estão mutuamente implicados (d'Autume, 1985). A soma paradoxal disto é que equilíbrio, processo descentralizado, atômidade e concorrência perfeita não são todas propriedades comuns a uma mesma concepção de mercado. Este resultado tem provocado crescentes dúvidas sobre se o mercado é realmente o único conceito adequado para o tratamento de processos sociais descentralizados.

2). Verificou-se que, apesar da insistência em contrário do próprio Sraffa, sua prova da existência dos preços de produção implica hipóteses, inconsistentes com seu quadro de análise, sobre o nível de atividade da economia e/ou sobre o modo de utilização do excedente (Hahn, 1982 e Benetti & Cartelier, 1985). Foi, também demonstrado que num modelo de equilíbrio geral intertemporal com horizonte infinito, os preços relativos convergem para os preços de produção (Duménil & Lévy, 1985). Se estes resultados não chegam a autorizar o tratamento dos preços de produção como caso particular do equilíbrio geral, eles tem permitido a análise da estabilidade dos preços de produção com base em modelos de equilíbrio temporário. Isto reforça a aproximação moderna das perspectivas clássica e neoclássica pelo menos no que diz respeito aos preços de longo prazo como Marshall havia, aliás, insinuado.

16) Chamemos de Ciência Econômica o projeto racionalista que analisa o modo de regulação das ações de agentes sociais descentralizados que querem enriquecer. Estuda-se, neste sentido, o processo que transforma cálculos privados incomensuráveis em grandezas sociais mensuráveis. Mostra-se como múltiplas estratégias individuais descentralizadas estabelecem relações econômicas persistentes.

O quadro de referência que sempre orientou esta pesquisa é o da teoria do valor (sistema natural, na linguagem clássica; sistema de equilíbrio geral, na linguagem neoclássica). O postulado primeiro de ambas teorias do valor é a **hipótese de nomenclatura** que afirma a existência primordial de uma lista de bens comum a todos os indivíduos e estabelecida anteriormente a toda relação social entre eles (Benetti & Cartelier, 1980). Este postulado estabelece o marco inicial de unificação do campo de discurso economista. Partindo da objetividade natural atribuída aos bens e de uma noção de agente racional elaborada convenientemente, determina-se um sistema particular de avaliação, a saber, os preços naturais ou de equilíbrio definidos como relações entre quantidades de bens. Analiticamente, uma posição de equilíbrio fica, por seu turno, definida seja como um vetor de preços naturais que equaliza as remunerações dos diversos capitais seja como

vetor de preços de equilíbrio geral que compatibiliza os planos individuais de todos os agentes.

A História do Pensamento Econômico já percorreu diversos caminhos e dificilmente pode-se falar de progressão por acumulação de resultados. Antes, um processo complexo de afirmações incompatíveis, de crítica e recomeço, de debate entre correntes e doutrinas mutuamente exclusivas e, às vezes, complementares caracterizou sua história.

Porém, para além desta diversidade e ao cabo de quase dois séculos de debate pode-se, talvez, afirmar a existência de uma tendência geral que define um objeto teórico e um método específicos que permitem tratar o conjunto das proposições válidas já proferidas como pertinentes a uma história única da ciência econômica. Ou seja, ainda que definida como um debate, a história da análise econômica foi o debate em torno do problema do equilíbrio definido como a análise da possibilidade e permanência da sociedade burguesa. Este problema estava dominado conscientemente pela vontade de se estabelecer uma ciência das relações sociais quantitativas. A análise do modo de formação das grandezas econômicas - a teoria do valor - constituiu o núcleo deste projeto. Este núcleo sempre respeitou dois postulados: a já mencionada hipótese de nomenclatura e a definição do enriquecimento capitalista por uma taxa única de lucro.

A centralidade da noção de equilíbrio no dispositivo analítico economista faz com que o estudo das modificações por que tem passado o discurso economista e de sua situação atual a tome necessariamente como critério. De fato, ilustrar ou demonstrar que o mercado é capaz de compatibilizar as estratégias dos diversos agentes sociais foi sempre um objetivo da ortodoxia de Smith a Arrow passando por Ricardo, Samuelson e tudo mais *in between*. Por outro lado, o ponto de vista heterodoxo sempre insistiu que deficiências básicas do mecanismo de mercado faziam com que a regra para a economia capitalista fosse a instabilidade e a crise, exigindo a presença de ao menos um ator social não econômico para garantir a persistência da sociedade burguesa. Pensavam assim tanto Sismondi e Marx quanto Keynes. Ou seja, de ambos os lados da cerca, para afirmá-la ou para

negá-la, a noção de equilíbrio é um critério central do raciocínio economista de todos os tempos.

17) A teoria do valor distingue, em geral, duas questões complementares no que diz respeito à posição de equilíbrio:

1^a) Uma questão relativa à **existência e unicidade** do equilíbrio. Aqui se procura provar que existe ao menos um vetor de preços que se adotado pelo mercado confirma os planos dos agentes e garante sua compatibilidade geral de modo que eles não tem motivos para modificá-los: ou então, procura-se provar que existe ao menos um vetor de preços naturais que se adotado pelo mercado garante a perequação da taxa de lucro. Esta questão corresponde, no plano analítico, à afirmação que uma sociedade baseada no mercado é **possível**.

2^a) Uma questão relativa à **estabilidade** do equilíbrio. Aqui se procura demonstrar que o conjunto dos vetores de preços que o mercado pode adotar converge para o vetor de equilíbrio; ou então, procura-se demonstrar que o conjunto de preços que o mercado pode adotar gravita em torno do vetor de preços naturais. Distingue-se, ademais, modernamente, o problema de **estabilidade local**, em que o ponto de equilíbrio da economia não é afetado pelas condições do processo de estabilização, do problema de **estabilidade global** em que o ponto de equilíbrio é determinado por estas condições (*path-determined*). Esta questão corresponde, no plano analítico, à demonstração que uma sociedade baseada no mercado **persiste**.

O equilíbrio deve ser concebido, então, não apenas como uma **situação especial** da economia considerada mas também como um **ponto de estabilização** de um processo mercantil ideal ou efetivo.

Apesar de complementares do ponto de vista lógico, estas duas questões são diferentes quanto aos conceitos específicos que envolvem e quanto às exigências formais de seu tratamento. O próprio desenvolvimento histórico das duas questões se fez diferencialmente e creio que se pode mesmo falar de uma preferência clássica pelo estudo da estabilidade e de uma preferência neoclássica pela pesquisa da existência. Esta dicotomia chega ao ponto que, mais recentemente, o tratamento analítico da primeira questão está mesmo em

contradição com o da segunda num sentido bem preciso. A demonstração da existência do equilíbrio se faz mediante a **expulsão** de uma noção significativa de moeda do modelo; a presença do dinheiro é cancelada neste caso. Já, o estudo da estabilidade do equilíbrio impõe, cada vez mais, a existência de uma noção de dinheiro distinta da de meio de troca.

Smith e Walras formularam as duas questões de modo complementar e em ambos os casos a posição de repouso da economia tem prioridade lógico-teórica sobre o processo, isto é, em ambos os casos o ponto de equilíbrio é um pressuposto do processo. A diferença - e é importante - é que para Smith, as posições fora do equilíbrio são efetivas, ou seja, a economia **existe em desequilíbrio** ao passo que para Walras não. A virtualidade do processo de estabilização em Walras advém, em grande medida, de dificuldades lógicas, não percebidas por Smith, no tratamento de um processo efetivo de estabilização. Leiloeiro e *tâtonnement* eram ficções teóricas concebidas para confirmar a existência do equilíbrio e serviam aos propósitos e limites de uma formulação rigorosa desta existência. No entanto, além de inaceitáveis como figura do processo mercantil real, mostrou-se mais recentemente que ambas eram ficções viciadas por diversas inconsistências lógicas que inviabilizavam sua utilização rigorosa.

18) Uma vez que se abandona a idéia de leiloeiro e de *tâtonnement* para estudar a dinâmica do processo de concorrência, a moeda se torna indispensável como chave para a coordenação social de um processo agora concebido como **efetivo**. A introdução da moeda torna-se necessária por um motivo principal. Quando era o leiloeiro que "gritava" os preços, ele estabelecia, tanto uma informação sobre a escassez relativa de cada bem considerado quanto uma regra de avaliação social (válida para todos) dos diversos ativos privados. Ora, este não é o caso quando a iniciativa de propor os preços é dos agentes. Realmente, para um empresário há contradição entre os dois sentidos mencionados de seu preço. Se, de um lado, ele está interessado em aumentá-lo o mais possível para obter o mais possível em troca, por outro lado, ele não tem interesse em formar estoques

invendáveis se seu alto preço não corresponder à avaliação dos outros agentes econômicos. Ele precisa levar em conta a sanção do mercado como moderador objetivo de sua avidez subjetiva por lucro. Pois é a moeda, como meio universal de transações o veículo desta sanção. Torna-se, então, necessário adicionar ao programa tradicional do produtor uma restrição monetária: **somente as receitas efetivas e os correspondentes lucros monetários serão considerados.**

Uma consequência imediata e importante da necessidade de introduzir a moeda no modelo teórico básico é que os preços relevantes para o modelo não podem mais ser considerados como preços reais e fica claro que a noção de equilíbrio de um processo descentralizado é o de uma economia monetária e a noção de riqueza real é, por isto mesmo, tornada altamente problemática. Também é decorrência inevitável da introdução da moeda no coração do modelo de análise o fato que a relação mercantil passa a ser mediatizada pelo dinheiro. Isto interrompe a automaticidade e instantaneidade lógica do fluxo mercantil. Surge uma temporalidade própria ao econômico e o horizonte futuro fica sujeito a **riscos** até aqui desconsiderados. A formalização destas novas consequências está ainda longe de ser obtida mas estas constituem, sem dúvida, a problemática pertinente da teoria econômica atual.

19) A unidade do discurso economista não passa, então, apenas por seu conceito central de equilíbrio, ela passa também por um sistema único de dificuldades. Este sistema se resume, a meu ver, a dois planos:

1º) Um plano teórico - O problema de fundo aqui é que a Economia Política é uma ciência que quer derivar o conceito de capital diretamente do conceito de mercadoria, rejeitando *in limine* a noção de dinheiro (reduzindo-a a de mercadoria).

2º) Um plano lógico-formal - o problema básico aqui é seu racionalismo extremado que culmina na adoção de um desenvolvimento axiomático de suas proposições. Este critério tem implicado a crescente dificuldade e irrelevância de suas afirmações.

20) A Ciência Econômica passou, nestes últimos cinquenta anos, por um profundo processo de transformação em seu método e

suas ferramentas de trabalho. Esta transformação insinuava-se, já, desde a chamada Revolução Marginalista e se dá, tanto no que diz respeito a seus fundamentos teóricos quanto, e talvez principalmente, a seu protocolo de validação lógico-formal.

Lido pelos critérios atuais do *mainstream*, um discurso como o de Adam Smith aparece, em sua estrutura lógica como uma série de teoremas sem demonstração, ou seja, de proposições sem fundamento, de simples petições de princípio. É apenas com Ricardo que se nota um esforço de obedecer as regras da lógica formal. Ao enunciado de proposições deve seguir sua demonstração rigorosa e não apenas sua ilustração empírica ou sua mera defesa retórica.

Esta tendência à formalização provém, em parte, da própria natureza quantitativa de seu objeto e, em parte, da vontade consciente de mimetizar o protocolo das ciências exatas.

Vantagens óbvias, do ponto de vista formal, derivam desta maior exigência de rigor. Sobretudo ficam cada vez mais claras as hipóteses utilizadas no tratamento das questões econômicas e é cada vez mais difícil a presença de proposições contraditórias no âmbito do discurso economista. São, também, cada vez mais precisos os **limites** em que se move o pensamento economista. Trata-se de uma ciência cada vez mais **explícita**, cada vez mais **clara** e **elegante**.

Mas existem, também, desvantagens óbvias. A natureza complexa de seu objeto impõe uma dificuldade formal crescente ao seu tratamento. É cada vez mais **difícil** estudar e pesquisar a teoria econômica. Se durante muito tempo o aparelho formal (matemático) nela utilizado estava ao alcance do ensino apenas secundário, hoje após uma rápida evolução, o conhecimento matemático necessário para desenvolver a teoria econômica está muito próximo da ponta da matemática deste fim de século. Além disto, o conjunto das proposições consideradas válidas por estes novos critérios de rigor é consideravelmente menor que aquele já proposto pelo pensamento econômico anterior. Este conjunto menor é, também, o de conteúdo empírico menos relevante. Parece que o desenvolvimento moderno da Economia Política implica, ao menos provisoriamente, um *trade-off* entre rigor e relevância.

Realmente a preocupação com a estabilidade do mecanismo mercantil que era típica do pensamento clássico, cedeu passo à discussão das propriedades estáticas do equilíbrio. Isto se deu, em grande medida, devido a dificuldades lógico-formais no tratamento rigoroso do primeiro problema. Enquanto foi possível contentar-se com proposições intuitivas e demonstrações retóricas, a análise econômica, principalmente com Adam Smith, pôde fazer uma descrição bastante detalhada do mecanismo de variação dos preços em torno de posições de reprodução mais tarde chamadas "de tranquilidade". O encantamento provocado pela constatação de que o prosaico cotidiano dos homens em sociedade era regido por leis tão exatas e belas quanto as que Newton descobrira para o universo físico ofuscou o possível mau fundamento e a falta de rigor de sua proposição. Mas sabemos que o *esprit de géometrie* cospe no prato da intuição de que se alimenta. Se recebe dela seu sopro de vida, procura a independência tentando liquidar a forma de que derivou. A consequência é que a ciência econômica é cada vez mais **complicada e irrelevante**.

21) Uma visão moderna da ciência econômica implica, a meu ver, em dois movimentos epistemológicos simultâneos. De um lado, aceitar o fato de sua *complicatio*. Nossa ciência marchou na direção de um maior afinamento formal e este é, apesar dos custos, um movimento irreversível. Ele é mesmo desejável pois trata-se para além de uma vontade de rigor, de um impulso no sentido de sua **auto-crítica**. Trata-se de uma tendência a extrair as consequências radicais de suas afirmações e de estabelecer seus limites racionais. De outro lado, aceitar a **relativização** de seus enunciados implicada por seu formalismo extremado. Ou seja, aceitar que **fora do demonstrado** existe sincronia lógica de todas as proposições teóricas e que isto impõe o **retorno a temas e procedimentos clássicos**. Realmente afora um núcleo muito reduzido de proposições garantidas não pode haver hierarquia epistemológica entre modelos teóricos alternativos. A escolha entre postura clássica e postura neoclássica passa principalmente por idiosincrasias intelectuais e por apostas na produtividade teórica diferenciada de um ou de outro dos programas

de pesquisa. Isto é, ao fim e ao cabo, o critério de escolha entre posturas positivas em matéria econômica é, hoje, questão de gosto.

22) Creio que a consequência do que foi dito para a pedagogia da disciplina econômica envolve, ao menos, o seguinte conjunto de proposições:

1) Não há como, nela, distinguir a pesquisa teórica da história do pensamento e o estudo relevante é o da evolução da análise econômica.

2) Distinções como Micro e Macro são infundadas e tem valor meramente expositivo. Existe, isto sim, um **núcleo duro** de proposições demonstráveis comuns a todo o discurso economista e relativo à teoria do valor que constitui o fundamento, embora precário, de todos os desenvolvimentos em Micro e Macro.

3) Nenhuma ortodoxia é autorizada. O discurso economista deve ser eminentemente crítico e relativizante. No limite deve se anular. Mesmo a proposição garantida tem apenas valor explicativo mas nenhum valor normativo. Sabe-se apenas o que não se pode fazer.

4) A questão moderna a ser estudada é a da existência e estabilidade de uma **economia monetária** (contra as teorias do valor) e o quadro privilegiado de referência é o do desequilíbrio (contra as teorias do equilíbrio).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

D'AUTUME, A. *Monnaie, Croissance et Desequilibre*. Economia, 1985.

BENETTI, C. *Smith*, Etas Libris, 1979.

BENETTI, C. & Cartelier, J. "*Sraffa et la tradition classique*", mimeo, 1985.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. "*The classicals and the neoclassicals: a rejoinder to Frank Hahn*", *Cambridge Journal of Economics*, 9, 1985.

FISHER, F. *Disequilibrium Foundations of Equilibrium Economics*, Cambridge University Press, 1983.

HAHN, F. "*The neo-ricardians*" *Cambridge Journal of Economics*, 6, 1982

JEVONS, S. *The Theory of Political Economy* Pelican Classics, 1871.

MARSHALL, A. *Principles of Economics*, MacMillan, 8th edition, 1890.

MARX, K. *Le Capital*, Ed. Sociales, 1867.

RICARDO, D. "*On protection to agriculture*" in *The Works and Correspondance of David Ricardo*. Ed. Sraffa. Cambridge University Press vol.IV, 1922.

SCHUMPETER, J. *History of Economic Analysis*, Cambridge University Press, 1954.

SRAFFA, P. *Production des Marchandises par des Marchandises* trad. franc. Dunod, 1960.

WICKSTEED, P.H. *The Coordination of the Laws of Distribution* Routledge & Kegan, 1907.

(*)Professor titular IEI/UFRJ

257. TEIXEIRA, Aloísio, MIRANDA, José Carlos. A economia mundial no limiar do século XXI: o cenário mais provável. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 257) 56
258. SABÓIA, João Luiz Maurity. Emprego nos anos oitenta: uma década perdida. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 258) 25
259. SABÓIA, João Luiz Maurity. A região metropolitana do Rio de Janeiro na década de oitenta - mercado de trabalho, distribuição de renda e pobreza. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 259) 18
260. LIFSCHITZ, Javier e PROCHNIK, Victor. Observações sobre o conceito de complexo agroindustrial. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 260) 18
261. FIORI, José Luis. Poder e Credibilidade: o Paradoxo Político da Reforma Liberal. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 261) 14
262. FIORI, José Luis. "Democracias e Reformas: equívocos, obstáculos e disjuntivas". IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 262) 24
263. OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. "Do Pacto Social ao Entendimento Nacional em Passe Bem Brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 263) 12
264. CORREA, Paulo Guilherme e KUPFER, David. "Padrão de Concorrência e Dinâmica Competitiva: o caso da Indústria Brasileira de Máquinas-Ferramenta". IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 264) 26
265. KUPFER, David Sérgio. "Padrões de Concorrência e Competitividade". IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 265) 32
266. TOLIPAN, Ricardo. "Considerações sobre a História da Análise Econômica". IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão, 266) 30